



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU - PR/PI

REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(Do Sr. Deputado Cap. Fábio Abreu e outros)

***Requer registro da Frente
Parlamentar em Defesa da
Energia Solar no Brasil***

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 15, inciso I e VIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Ato da Mesa nº 69 de 10 de novembro de 2005, registro da Frente Parlamentar em Defesa da Energia Solar no Brasil, apresentando como representante o Deputado Federal Capitão Fábio Abreu.

A Frente Parlamentar em Defesa da Energia Solar no Brasil tem por objetivo promover o aprimoramento da legislação federal sobre os procedimentos para facilitar a aquisição de equipamentos e insumos, operacionalizar a instalação e incentivar e popularizar a utilização de energia solar por empresas e pessoas físicas no Brasil.

Segundo a ANEEL, atualmente há vários projetos, em curso ou em operação, para o aproveitamento da energia solar no Brasil, particularmente por meio de sistemas fotovoltaicos de geração de eletricidade, visando ao atendimento de comunidades isoladas da rede de energia elétrica e ao desenvolvimento regional.

Além do apoio técnico, científico e financeiro recebido de diversos órgãos e instituições brasileiras (MME, Eletrobrás/CEPEL e universidades, entre outros), esses projetos têm tido o suporte de organismos internacionais,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU - PR/PI

particularmente da Agência Alemã de Cooperação Técnica – GTZ e do Laboratório de Energia Renovável dos Estados Unidos (National Renewable Energy Laboratory) – NREL/DOE. Também a área de aproveitamento da energia solar para aquecimento de água tem adquirido importância nas regiões Sul e Sudeste do País, onde uma parcela expressiva do consumo de energia elétrica é destinada a esse fim, principalmente no setor residencial.

A busca por uma legislação que resguarde tanto o meio ambiente, como fomentar a produção de energia limpa e renovável é a principal ementa desta Frente Parlamentar.

Seguem anexos a Ata de Fundação e Constituição, o Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Energia Solar no Brasil e os 171 apoimentos necessários ao registro ora requerido.

Sala das Sessões, de de 2019

Deputado Cap. Fábio Abreu
Coordenador Geral da Frente Parlamentar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU - PR/PI

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ENERGIA SOLAR NO BRASIL

Art. 1º A Frente Parlamentar em Defesa da Energia Solar no Brasil, com atuação no âmbito da Câmara dos Deputados e em todo o território nacional, com caráter suprapartidário, tem sede e foro na Capital Federal, rege-se por este Estatuto, e funcionará por tempo indeterminado.

Art. 2º A Frente Parlamentar é instituída para o cumprimento das seguintes finalidades:

I - acompanhar, propor e analisar proposições e programas que disciplinem todos os assuntos referentes à produção e instalação de equipamentos e insumos destinados a captação e distribuição de energia solar;

II - acompanhar as ações a serem empreendidas pelo Poder Público no sentido de fomentar, incentivar e desenvolver a utilização de energia solar no Brasil;

III - realizar encontros, simpósios, seminários, debates e outros eventos, com vistas a aventar as medidas legislativas necessárias a uma rápida resolução dos conflitos fundiários;

IV - articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo e das entidades da sociedade civil;

V - promover a divulgação das atividades Frente Parlamentar em Defesa da Energia Solar no Brasil, no âmbito do Parlamento e junto à sociedade.

Art. 3º A Frente será composta por Deputados Federais e representantes de entidades da sociedade civil que subscreverem termo de adesão a este Estatuto.

Art. 4º Compõem a Frente:

I – a Assembléia-Geral, composta dos Parlamentares filiados à Frente;

II – o Conselho Executivo, integrado por:

a) 1 (um) Presidente;

b) 3 (três) Vice-presidentes;

c) 1 (um) Secretário-Geral;

d) 5 (cinco) Coordenadores Regionais, cada um de uma região do país.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU - PR/PI

III – o Conselho Consultivo, integrado por:

i) 3 (três) conselheiros efetivos e 3 (três) suplentes;

ii) consultores externos convidados pela Assembleia-Geral para assessoria temporária em temas específicos.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Executivo e dos consultores será de 1 (um) ano, com direito a 1(uma) reeleição.

§ 2º A participação nos cargos previstos neste artigo não ensejará qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º Compete à Assembleia-Geral:

I – eleger e/ou destituir os integrantes do Conselho Executivo e do Conselho Consultivo;

II – aprovar os relatórios apresentados pelo Conselho Executivo;

III – estabelecer as diretrizes políticas da atuação da Frente;

IV – supervisionar a atuação do Conselho Executivo;

V – promover as alterações necessárias a este Estatuto.

Art. 6º Compete ao Conselho Executivo:

I – implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembleia-Geral;

II – tomar as decisões políticas e administrativas necessárias para que se atinjam os objetivos da Frente;

III – convocar a Assembleia-Geral.

§ 1º São atribuições do Presidente:

I – representar a Frente perante a Câmara dos Deputados, nos termos do art. 3º, parágrafo único, do Ato da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados nº 69, de 2005;

II – representar a Frente junto a entidades públicas e privadas;

III – convocar as reuniões do Conselho Executivo;

IV – presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembléia-Geral;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU - PR/PI

§ 2º São atribuições dos Vice-Presidentes auxiliar o Presidente e substituí-lo em casos de impedimento ou ausência.

§ 3º São atribuições do Secretário-Geral:

I – planejar e coordenar as atividades do Conselho Executivo;

II – tomar as iniciativas necessárias para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas.

§ 4º Os cargos do Conselho Executivo são privativos de Deputados Federais.

Art.7º Compete aos Coordenadores Regionais estudar e propor políticas de adoção para cada região do país que representam.

Art. 8º Compete ao Conselho Consultivo assessorar o Conselho Executivo e a Assembléia-Geral, sempre que demandado.

§ 1º Poderão integrar o Conselho Consultivo, além de Deputados Federais, outros agentes políticos e especialistas dos campos do direito e áreas afins.

§ 2º Em caso de urgência, a nomeação de consultores convidados poderá ser feita pelo Conselho Executivo, ad referendum da Assembleia-Geral.

Art. 9º A Frente será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia-Geral ou quando atingir os objetivos previstos neste Estatuto, mediante de registro em ata de encerramento.

Art. 10. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Executivo.

Art. 11. A Frente, com vistas ao alcance de suas finalidades, poderá criar, manter e participar de entidades e instituições com finalidades iguais ou similares às suas, ou com outras Frentes com objetivos afins, ouvindo a Assembleia-Geral.

Art. 12. Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, de de 2019

ADEREM AOS TERMOS DESTES ESTATUTO, OS SRS. DEPUTADOS:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU - PR/PI

ATA DE FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ENERGIA SOLAR NO BRASIL

Às 8h30 horas do dia 21 de março de dois mil e dezenove, no gabinete 202 da Câmara dos Deputados, sito no Palácio do Congresso Nacional, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, Distrito Federal, as Senhoras e Senhores Deputados Federais que subscreveram a Lista Frente Parlamentar em Defesa da Energia Solar no Brasil, reuniram-se para fundar e constituir a FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ENERGIA SOLAR NO BRASIL, com a finalidade de: I - acompanhar, propor e analisar proposições e programas que disciplinem todos os assuntos referentes a produção de equipamentos e insumos destinados a captação e distribuição de energia solar; II - acompanhar as ações a serem empreendidas pelo Poder Público no sentido de fomentar, incentivar e desenvolver a utilização de energia solar no Brasil; III - realizar encontros, simpósios, seminários, debates e outros eventos, com vistas a averter as medidas legislativas necessárias a uma rápida resolução dos conflitos fundiários; IV - articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo e das entidades da sociedade civil; V - promover a divulgação das atividades Frente Parlamentar em Defesa a Energia Solar no Brasil, no âmbito do Parlamento e junto à sociedade. Assumiu a presidência da reunião, pelo consenso dos parlamentares presentes, o Deputado Capitão Fábio Abreu. Composta a Mesa, a Presidente informou sobre o objetivo da reunião, que é a fundação e constituição da FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR ÁREAS PROTEGIDAS (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS). Em seguida, foi lido o Estatuto da FRENTE, resultado de debates e consultas anteriores a parlamentares e entidades representativas da sociedade civil. Colocado em votação, o Estatuto foi aprovado Frente Parlamentar em Defesa a Energia Solar no Brasil. Em seguida, passou-se à composição diretiva da FRENTE: a) Conselho Executivo: integrado pelos Deputados (Presidente); Capitão Fábio Abreu, Também foi aprovada a ampliação futura da Frente, com a inclusão de representantes da sociedade civil organizada. Decidiu-se que a Presidente da FRENTE encaminhará esta Ata e os Estatutos à Mesa da Câmara dos Deputados, para efeito de registro e publicação. Às



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU - PR/PI

horas, suspendeu-se a reunião, ao tempo em que eu, Capitão Fábio Abreu (Presidente), lavrei a presente Ata. Reabertos os trabalhos, a mesma foi lida e, achada conforme, foi aprovada e assinada pelo Presidente, 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes, e o Secretário-Geral.

Capitão Fábio Abreu
PRESIDENTE

1º VICE-PRESIDENTE

2º VICE-PRESIDENTE

3º VICE-PRESIDENTE

SECRETÁRIO-GERAL